



• Pastoral
Popular
notas para um debate

• Educação
Popular

À Guisa de Apresentação

Com esse número, estamos iniciando uma nova série de publicações no Centro Ecumênico de Documentação e Informação, (CEDI), *Cadernos do CEDI*.

Com essa publicação, pretendemos acompanhar os desafios mais candentes da Pastoral Popular e através dela, fornecer subsídios para os agentes que nela atuam.

Inauguramos esta nova série com uma reflexão, fruto de uma prática completa da equipe do NOVA – Pesquisa, Assessoria e Avaliação em Educação. Essa publicação do NOVA foi possível, graças a contribuição recebida da Evangelisches Missionwerk, da Alemanha.

Beatriz Costa

Introdução

A pastoral popular expressa hoje, por parte de muitos agentes de pastoral, uma opção de unir-se aos setores populares para reforçar o processo de transformação social.¹

Esta opção está levando uma grande parcela dos agentes de pastoral a trabalhar numa perspectiva de fortalecer as organizações populares — tanto as já existentes como outras que venham a ser criadas. E isto porque a experiência histórica vem mostrando que as organizações populares apresentam-se como núcleos através dos quais os setores populares criam possibilidades de reforçar e exercer o seu poder transformador em todos os domínios da vida social (o trabalho, o bairro, as associações diversas, a família, o campo dos conhecimentos e informações, etc).

Mas é ainda muito amplo dizer apenas que a preocupação básica — ou a proposta — de grande parte dos agentes de pastoral hoje é o reforço das organizações populares. Para caracterizar melhor esta proposta, seria necessário considerar a seguinte questão de fundo:

A QUEM ESTÁ CABENDO A CONDUÇÃO DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS SETORES POPULARES — processo este que, muitas vezes, nasce do interior de um trabalho pastoral?

Em relação a esta questão, observa-se que a proposta da maioria dos agentes de pastoral é, não a de conduzir o processo de

organização das camadas populares, e sim a de contribuir para que estas camadas reforcem e dinamizem o seu próprio poder de decidir e organizar-se; ou, como é dito muitas vezes, contribuir para que as camadas populares “andem com seus próprios pés”.

O problema tem sido definir, muito concretamente, o que significa este **contribuir para**.

As observações que seguem tocam este problema abordando, entre muitos outros, dois aspectos do trabalho pastoral — aspectos que, considerados na **prática**, podem esclarecer alguma coisa sobre este **contribuir para**.

Um primeiro aspecto refere-se ao papel do **conhecimento** popular num processo de organização **decidido e conduzido** pelos setores populares; e considera por que é importante o trabalho pastoral preocupar-se com este papel.

E como em todo o trabalho existem relações de poder, um segundo aspecto refere-se aos **modos de organização e funcionamento de um trabalho** — considerando-os, não como um aspecto “técnico”, e sim como a expressão concreta do tipo de relações de poder existentes entre os participantes do trabalho. E procura mostrar como o modo de organização e funcionamento de alguns trabalhos pastorais influi sobre as possibilidades de que este trabalho contribua para o reforço do poder dos grupos populares.

É importante assinalar, são dois aspectos complementares. Como veremos, eles não existem isolados um do outro.

Como esclarecimento inicial, para não ficarmos pairando em expressões muito abstratas, vale dar um pouco mais de conteúdo a este “fortalecimento do poder de decisão e organização dos setores populares”.

¹ A ação pastoral está referida à fé. Neste texto, porém não vou me ocupar desta referência definidora da pastoral popular. Apenas, considerando que não se trata de uma atividade socialmente neutra, vou apontar algumas implicações práticas da opção mencionada acima.

Para as camadas populares, suponho, reforçar o seu poder de decidir e organizar-se é um processo que encerra uma dupla dimensão:

• é, um processo onde “andar com os próprios pés” é necessariamente andar por sua própria cabeça. Ou seja, é um processo onde as decisões dos grupos populares quanto a que organizações criar ou fortalecer, que ações práticas realizar, decorrem da sua própria ação de refletir, colocar em comum e analisar os problemas sociais e a sua experiência de luta; e não um processo onde o que se aprofunda é a dependência dos setores populares em relação ao conhecimento, à experiência, às decisões de outros setores sociais;

• e é, ao mesmo tempo, um processo de decisão onde o poder está distribuído entre todos os participantes do grupo, ou seja, um processo de decisão coletiva e democrática. Assim, se nas ações dos grupos populares, o poder de decidir sobre o que discutir, fazer ou organizar, por que, como, fica nas mãos de alguns indivíduos — ainda que populares — não se poderia dizer que, ao realizar estas ações, os setores populares estão reforçando o seu poder de decidir e organizar-se; e sim que, dentro destes setores, está sendo reforçado o poder de alguns indivíduos decidirem pelos demais — o que seria repetir e reforçar, no interior mesmo das camadas populares, as relações de poder dominantes; ou seja, relações que dividem as forças populares ao invés de uni-las.

Ao mesmo tempo, o processo de organização das forças populares é um processo que lida com experiências e ritmos de ação diferentes de um setor popular a outro e dentro de um mesmo setor. Ou seja, entre os setores populares e dentro de um mesmo setor, não existe uma homogeneidade de compreensão da

realidade social, de experiência de luta e organização, de ritmo de ação . . .

Para as forças populares, não se trata, evidentemente, de que seus indivíduos mais experientes e combativos devem tolher a sua própria iniciativa até que todos estejam no “mesmo pé”; e sim de descobrir novas formas de relação entre estes indivíduos e os demais companheiros. Por exemplo, na prática dos setores populares, sabe-se de iniciativas tomadas por alguns indivíduos mais combativos — tal como fazer um documento analisando os problemas do setor e propondo alternativas de ação — onde o que eles pretendem não é “falar” pelo setor e nem atrelá-lo aos seus pontos de vista e às suas propostas de ação prática; e sim dinamizar um debate entre os companheiros do setor, onde as colocações do documento sejam questionadas e reformuladas com a participação de todos os interessados no assunto.²

I — PASTORAL POPULAR, CONHECIMENTO POPULAR, PODER DE DECISÃO E ORGANIZAÇÃO

Tomemos, como ponto de partida para abordar este aspecto, uma questão com a qual os agentes de pastoral defrontam-se frequentemente: a questão da ação prática e da reflexão dos grupos populares. E consideremos uma tendência observada hoje em vários trabalhos pastorais: a tendência a convocar (motivar, estimu-

2 Para os setores populares, criar e dinamizar formas de decisão coletiva e democrática é conquistar uma prática ainda muito ausente em nossa sociedade. A descoberta de novas formas de relação entre os indivíduos que vão adquirindo maior experiência e os demais companheiros, é das questões mais complexas e mais urgentes de serem debatidas e aprofundadas.

lar) os grupos populares participantes do trabalho pastoral a realizarem **ações práticas** no bairro, no local de trabalho, no sindicato ou outras associações, etc. Dentro desta tendência a **reflexão** deve ser como um corredor que estimule e leve o grupo popular a realizar ações práticas; estas são a prioridade, o produto a ser obtido com o trabalho pastoral.

De acordo com esta perspectiva de trabalho, se o grupo popular realiza ações práticas, o seu conhecimento mudará e se tornará mais crítico e mais capaz de inspirar outros tipos de ações transformadoras, pois é na luta que se aprende.³

Ao lado disso, alguns agentes partidários desta tendência apresentam uma reserva em relação aos trabalhos pastorais onde os grupos populares encontram-se apenas para refletir e discutir, permanecendo alheios aos problemas do seu bairro, dos seus vizinhos, do seu trabalho, distantes das iniciativas e organizações (sindicatos, associações, . . .) que existem para se ocupar destes problemas.

Talvez esta tendência a insistir para que os grupos populares realizem ações práticas represente uma reação a um tipo de trabalho pastoral onde os grupos populares passam a vida refletindo assuntos abstratos e desvinculados dos seus interesses e problemas concretos.

As nossas observações a seguir levarão em conta esta tendência pois ela nos conduz a um aspecto fundamental no trabalho

3 Esta tendência encontra também certos problemas: muitas vezes o povo não se dispõe a realizar ações práticas. Segundo os agentes, em alguns lugares a necessidade de uma atuação impõe-se porque está inscrita nas próprias condições locais. Por exemplo: bairros populares com iminência de despejo; áreas rurais de pequenos produtores ameaçados de expulsão da terra, etc. Em outros lugares, porém, as possibilidades de ações práticas que mobilizem os grupos populares são mais opacas (tanto para os agentes como para os próprios grupos populares).

pastoral: Qual o papel da **reflexão** na **ação prática** dos setores populares, para que estes **reforcem** o seu poder de **decidir** e **organizar-se**?

Não vamos, portanto, dar peso maior à **reflexão** ou à **ação prática**, e sim **explicitar** alguma coisa da **ligação** entre ambas.

Consideremos inicialmente o que tem a ver o **conhecimento popular** (fruto da sua **reflexão**) com o **poder de decisão** e **ação** dos grupos populares.

1. **Conhecimento popular e poder de decisão**

Por **reflexão** ou **ação** de **refletir** dos setores populares estou entendendo a sua **ação** de **questionar**, **analisar**, **discernir**, **valorar** as coisas da vida social e da luta pela vida. Ou seja, a sua **ação** de **analisar** a **engrenagem** da sociedade e **perceber** a **presença** atuante desta **engrenagem** em todos os domínios da vida social (no trabalho, no bairro, nas associações de classe, nos campos da arte, da vida religiosa, da vida familiar, na escola, . . .); a sua **ação** de **explicitar** e **esclarecer** o conteúdo das diferentes ações práticas que eles realizaram ou estão realizando nestes diversos domínios da vida social⁴; a sua **ação** de **analisar** cada

4 O conteúdo transformador ou alienante de uma ação não está determinado por antecedência e nem de uma vez por todas. Além disso, quantas vezes o que é alienante para os agentes não o é para os grupos populares. Por exemplo, o conteúdo que os agentes atribuem aos programas de TV nem sempre correspondem ao conteúdo que os grupos populares vêem nestes programas. Só para exemplificar esta diferença de visão: numa pesquisa realizada recentemente entre os operários do Metrô no Rio de Janeiro, procurou-se saber o que eles consideram "violência" na TV. Respostas: "Violência é quando o feitor (encarregado do pessoal) desliga o aparelho de TV e avisa que está na hora de todo mundo ir dormir"; "violência é o noticiário que mostra a realidade da vida que é violenta"; "violência são as cenas de amor das novelas, porque a nossa mulher está longe a gente não tem dinheiro para ir buscá-la." Quanto aos filmes com cenas e histórias violentas (para nós!), os peões disseram que assistem para distrair a cabeça da dureza do trabalho e da vida. . .

momento da conjuntura descobrindo, nas condições concretas, os limites e as possibilidades de outras ações práticas; a sua ação de discernir as possibilidades para reforçar a solidariedade entre os setores populares, para criar ou fortalecer tais tipos de organizações populares, etc.

Embora seja verdade que o **conhecimento** nasce e renasce da prática, ele não começa a cada momento da estaca zero; e nem passa automaticamente da prática ao pensamento. Ele nasce e renasce da **ação de refletir**, reformular, aprofundar o conhecimento anterior que foi se formando com a experiência e com as práticas já vividas e realizadas em todos os campos da vida (experiências e práticas, portanto, anteriores e não restritas à participação dos grupos populares no trabalho pastoral).

O **conhecimento** dos grupos populares — fruto da sua ação de refletir em comum — renova e amplia o seu **poder de atuar** e **intervir** sobre as situações sociais.

Não é sem motivos que diversos mecanismos existentes em nossas sociedades tornam-se, de fato, poderosos meios de controle sobre o conhecimento dos setores populares. Vejamos sobretudo a separação entre “trabalho intelectual” e “trabalho manual”, ou melhor, entre “conhecimento” e “execução”: é um mecanismo que se encontra presente em vários níveis na sociedade, restringindo as possibilidades de que as camadas populares aprofundem o seu conhecimento questionador e criador de propostas para enfrentar os problemas sociais.

Este mecanismo encontra-se presente, por exemplo, no atual parcelamento técnico do trabalho onde o operário apenas executa gestos automáticos numa engrenagem cujo funcionamento ele não precisa nem deve conhecer; nos regulamentos internos das empresas que restringem todas as

oportunidades de encontro, conversa, troca de experiências entre os trabalhadores; no controle sobre os órgãos e associações dos setores populares, etc. Outros setores sociais dispõem de facilidades para realizar encontros, seminários, trocar experiências, programar e rever suas ações; a maioria dos trabalhadores, como local de encontro, troca de experiência, discussão, quase que só dispõe do botequim, da praça ou da sombra de uma árvore.

Como disse um cientista social do século XIX, a diferença entre o arquiteto e a aranha é que o arquiteto pensa, conhece, programa, decide, reformula suas ações. A sociedade atual empenha-se por transformar as camadas populares em “aranhas” (seres que não precisam pensar e tomar decisões para produzir).

Mas como as camadas populares pensam e refletem, o seu conhecimento é desvalorizado e considerado como não necessário às ações e decisões sociais. E os próprios grupos populares interiorizam isto e tendem a desvalorizar os seus modos de conhecer e explicar a história, e a achar que são incapazes de resolver os problemas sociais, pois lhes falta o conhecimento “mais estudado” de que os outros setores sociais dispõem.

Quando a sociedade restringe as possibilidades de que os setores populares expressem, valorizem, analisem a sua experiência de vida e de luta, está restringindo, de fato, as possibilidades de que eles criem e aprofundem, em comum, um conhecimento questionador da situação social e capaz de dar mais eficácia às suas ações práticas e ao seu processo de organização.

Este conhecimento dos setores populares — fruto da sua ação de refletir — é indispensável para que eles exerçam o poder de conduzir o seu processo de organização.

Com efeito, um grupo popular só **anda com os próprios pés** quando as **decisões** sobre os passos e o caminho a fazer baseiam-se na **sua própria ação de refletir**.

Ou seja, só se pode dizer que as forças populares estão decidindo e conduzindo o seu processo de organização se as suas decisões quanto ao que fazer, por que, como, que organizações criar ou fortalecer, estiverem se baseando na sua própria ação de refletir em comum, no seu próprio conhecimento e experiência. Caso contrário, elas estarão “**andando com seus pés**”, mas o que estará “**decidindo e conduzindo seus passos**” é a reflexão e o conhecimento de outros setores sociais.

A tendência a separar conhecimento e prática dos setores populares, considerando que o conhecimento popular é dispensável para decidir as práticas e as organizações que são mais transformadoras da sociedade, está entranhada em todos os grupos sociais — mesmo entre as pessoas solidárias com os interesses e a luta das camadas populares. Por exemplo, há pouco tempo, numa reunião onde participavam grupos populares e pessoas comprometidas com os seus interesses, algumas destas últimas disseram o seguinte: “**aos trabalhadores não é dada a tarefa de analisar a realidade; outros o fazem por eles. Aos trabalhadores é dada a nobre tarefa de transformar a realidade**”. O que é a mesma coisa que dizer: “**aos trabalhadores é dada a tarefa de realizar as ações práticas idealizadas, projetadas e decididas pelos analistas**”.⁵

5. Esta tendência a desconsiderar e dispensar o conhecimento dos setores populares nem sempre é tão explícita como no exemplo. Em geral é mais sutil e, muitas vezes, inadvertida. Por exemplo, é muito comum uma prática onde o “**ponto de partida**” é o conhecimento do grupo popular (o seu modo de ver e situar-se frente à realidade e aos problemas

. Parece ser este, então, o papel da reflexão nas ações práticas (ligadas ou não ao trabalho pastoral) das forças populares: o de ser a ação através da qual elas aprofundam e reforçam um conhecimento indispensável ao exercício do poder de decidir e conduzir o seu processo de organização.

Ou seja, a ação através da qual os setores populares tornam-se os “**arquitetos**” (aqueles que analisam, questionam, projetam, realizam) das suas decisões e ações práticas, do seu processo de organização.

De fato, a experiência parece mostrar que as manifestações e ações de resistência popular mais sólidas e mais reforçadoras das organizações populares são aquelas que se apoiam, ou se desdobram, em um processo de encontro, debate, troca de experiência entre os grupos populares. Deste modo, as ações de resistência são ou tornam-se como que momentos significativos de um processo conduzido e assumido pelos setores populares, e não episódios isolados ou esporádicos.

Consideremos agora o que as observações acima têm a ver com o trabalho pastoral hoje; em que sentido elas podem ajudar a esclarecer a nossa questão inicial: **O que significa, neste trabalho, contribuir para** que as camadas populares reforcem o seu poder de decidir e conduzir o seu processo de organização?

(Posteriormente voltaremos à tendência observada em alguns trabalhos pastorais, e referida no início deste item).

sociais, etc); mas o “**ponto de chegada**” não são as discussões e ações práticas que o próprio grupo vai decidindo como necessárias, e sim algo já programado pelo agente desde o “**ponto de partida**”: levar o grupo a discutir tais assuntos, a realizar tais ações práticas.

2. Pastoral popular, reflexão e poder de decisão dos setores populares.

Nas observações acima procuramos chamar atenção para o papel que a ação de refletir dos setores populares desempenha no reforço do seu poder de decidir e realizar ações transformadoras.

Pois bem, se destacamos a importância do conhecimento popular, não é por supormos que, para os setores populares conduzirem e reforçarem as suas organizações, a sua ação de refletir é mais importante do que as suas ações práticas. Isto seria tão equivocado quanto supor o contrário: que as ações práticas dos grupos populares são mais reforçadoras do seu poder e das suas organizações do que a sua ação de refletir. Parece claro para todos, é conjugando ambas as ações — conhecimento e prática — que as forças populares aprofundam o seu poder de transformar as condições da existência social.

Então, se as observações anteriores ocuparam-se mais com a ação de refletir dos grupos populares é porque, no trabalho pastoral, é fundamentalmente através desta ação que os agentes influem no poder de decisão dos grupos populares — ou reforçando-o ou enfraquecendo-o.

De fato, grande parte do trabalho dos agentes consiste em conversar com os grupos populares locais, participar de suas discussões nas reuniões e encontros (ligados ou não à realização de alguma ação prática decidida pelo grupo), oferecer-lhes cursos e folhetos sobre assuntos diversos. Estas são atividades onde a ação fundamental é a ação de refletir.

Mesmo quando os agentes querem convencer os grupos populares a realizarem determinadas ações práticas, a sua ação consiste basicamente numa **reflexão** com estes grupos. Vejamos um exemplo concreto. Alguns agentes recém-chegados a uma certa localidade estão pretendendo levar os tra-

balhadores locais a uma participação ativa na Associação de Moradores. Pois bem, a sua ação não tem consistido, evidentemente, em tomar os trabalhadores pela mão e levá-los a frequentar as reuniões da Associação; e sim em convencê-los através da argumentação, do debate, ou seja, da reflexão. Se esta reflexão está reforçando ou enfraquecendo o poder dos trabalhadores decidirem sobre suas formas de organização e suas ações práticas, eis a questão.

Reconhecendo que é sobretudo através de uma ação de refletir que os agentes influem nas decisões e ações práticas dos grupos populares, e compreendendo a importância da reflexão para o reforço do poder transformador destes grupos, torna-se mais fácil esclarecer alguma coisa da nossa questão inicial: o que significa, no trabalho pastoral, **contribuir para** que os setores populares reforcem o seu poder de decidir e organizar-se?

Com trabalho pastoral ou sem trabalho pastoral, os grupos populares refletem e realizam ações práticas (no local de trabalho, entre vizinhos, reivindicações, etc.).

Parece-me que uma das grandes contribuições do trabalho pastoral hoje é a de ser um espaço onde os grupos populares possam aprofundar a união entre estas duas ações: reflexão e prática. Ou seja, um espaço onde eles recuperem a possibilidade — que a sociedade lhes dificulta — de refletir e analisar, em comum, a sua história e a sua experiência de luta; as coisas que, nessa luta e na sociedade, unem ou dividem as camadas populares; as ações que dão força à engrenagem da sociedade e as ações que dão força à transformação dessa engrenagem; a sua sabedoria de vida, a sua criatividade, etc. Quer dizer, um espaço onde as forças populares possam fundamentalmente, aprofundar a reflexão que os ajude a refor-

çar o conteúdo transformador das suas ações práticas, a assumir e conduzir o seu processo de organização.⁶

Esta seria a perspectiva geral da reflexão no trabalho pastoral, em todos os trabalhos pastorais. Mas o seu desenvolvimento concreto varia de acordo com os diferentes tipos de atividades promovidos pela pastoral popular (círculos bíblicos, ensino profissionalizante, assessoria jurídica a trabalhadores do campo e da cidade, assessoramento às diretorias ou sócios de Associações de Bairro, grupos de reflexão, consultas médicas, etc.).

Quer dizer, as atividades não são, como se pensou durante um tempo, instrumentos ou pontes para se chegar à discussão de quaisquer assuntos; cada uma delas oferece possibilidades diversas de ação; o importante tem sido descobrir e explorar todas essas possibilidades.⁷

Por exemplo, numa determinada atividade de atendimento médico, ao invés de consultas individuais o agente (médico)

realiza consultas coletivas; cada paciente relata o seu problema de saúde e os demais discutem sobre as possíveis causas e os possíveis remédios ("caseiros") ou outros tipos de cuidado (medidas preventivas). Essas discussões, às vezes, dão margem a que a conversa se desdobre em outros assuntos, ou a que o grupo decida realizar certas ações práticas com outros moradores locais (geralmente no campo da medicina preventiva, do aproveitamento de ervas medicinais. . .). Quer dizer, as consultas médicas estão permitindo uma reflexão onde os grupos populares vão desmistificando a absolutização conferida ao saber "estudado" (do médico) e valorizando o conhecimento e as práticas medicinais populares. Percebendo o "valor de uso" que a sua sabedoria médica tem para a vida das camadas populares, eles estão cimentando a confiança em si mesmos, em sua capacidade de enfrentar os problemas sociais. . .

Assim sendo, a diferença principal entre os trabalhos pastorais não estaria em que, em alguns o grupo popular desenvolve, junto, ações práticas; e em outros, o grupo popular encontra-se apenas para refletir em comum. A realização — ou não — de ações práticas decididas pelos grupos populares participantes do trabalho pastoral está muito relacionada com as condições concretas e específicas de cada lugar, com o tipo de atividade pastoral, com a experiência de luta, a compreensão da realidade social, o ritmo de ação de cada grupo popular, etc. A diferença principal entre os trabalhos pastorais estaria em saber se, em cada um deles, a ação dos agentes está favorecendo que os grupos populares aprofundem uma reflexão (acompanhada ou não de ações práticas decididas em grupo) ligada aos seus interesses, às suas preocupações, às suas prioridades de ação; ou se está levando os grupos populares a substituírem a sua reflexão (ligada aos seus interesses, à sua história, às ações práticas que já realizam) pelos assuntos, pelas

6. Não se trata de que as camadas populares já possuem o "conhecimento transformador da sociedade", e bastaria que elas o expressem e discutam para que a luz se faça. Suponho que nem grupos populares, nem agentes, nem ninguém possui esta "verdade". É trabalhando (pensando, refletindo, reformulando) sobre o que se sabe e se faz que o conhecimento vai se depurando das suas distorções e se constituindo em instrumento de prática transformadora da sociedade. Deste processo, evidentemente, participam agentes e grupos populares. A questão é quem conduz o processo: se a lógica e as prioridades do agente, ou se o modo de pensar e refletir dos grupos populares.

7. Vide no artigo "Educação Popular hoje: questões em debate", neste número da revista, um importante diálogo sobre esta questão.

prioridades de ação, até — como muitas vezes ocorre — pela linguagem e pelas expressões dos agentes.⁸

A importância de esclarecer esta contribuição do trabalho pastoral torna-se maior quando consideramos que, muitas vezes, é a própria reflexão e os conhecimentos criados no trabalho pastoral que inspiram ações dominadoras entre os próprios grupos populares.

Por exemplo: em certos lugares, grupos populares participantes das Comunidades Eclesiais de Base, depois que começaram a perceber uma outra ligação entre as coisas da fé e da vida social, passaram a adotar e justificar procedimentos de intolerância e condenação para com o povo que vive uma fé mais tradicional. Ou seja, ao invés de vivenciarem a nova compreensão da fé como um conhecimento que valorize e aprofunde o sentido da sua luta, eles copiam, dos setores sociais dominantes, a mesma desconsideração pela experiência religiosa popular, os mesmos procedimentos que desvalorizam e passam por cima do conhecimento e dos modos de expressão populares. Só que, no caso, são grupos pertencentes ao pólo social dominado usando o seu conhecimento para passar por cima de outros grupos pertencentes ao mesmo pólo; usando o seu conhecimento como instrumento de desvalorização e divisão entre os próprios setores populares. Sabemos que isto não ocorre apenas com o conhecimento religioso; quantos indivíduos e grupos populares tendem a

impor aos companheiros uma certa visão crítica que foi adquirida no trabalho pastoral (ou não pastoral), e a considerar como “alienados” àqueles que não adotam esta sua nova visão.

Muitas razões contribuem para que isto ocorra. Entre elas: de um lado, a tendência dos próprios grupos populares a basearem suas ações e decisões nos conhecimentos trazidos e/ou valorizados por setores com maior prestígio social (os agentes, no caso da pastoral popular); de outro lado, reforçando a tendência anterior, o risco de que, no trabalho pastoral, a ação de refletir seja a ação na qual o grupo popular discute as idéias do agente, e não as suas próprias idéias e interesses com a participação do agente.

Assim sendo, não é qualquer ação de refletir que reforça o poder transformador dos setores populares. Os procedimentos e práticas que dividem e enfraquecem os grupos populares não são apenas os dos setores sociais dominantes; são também os dos próprios grupos populares e daqueles que se comprometem com a sua luta. Daí, a reflexão reforçadora do poder popular inclui, não apenas a compreensão e o questionamento da engrenagem social, como também a compreensão e o permanente questionamento das próprias ações que se pretendem transformadoras desta engrenagem.

Para esta reflexão, suponho, o trabalho pastoral tem uma importante contribuição a dar.⁹

8. Vale aqui um esclarecimento. O que eu estou dizendo a respeito da contribuição do trabalho pastoral ao reforço do poder dos setores populares não é uma questão pedagógica ou, como alguns preferem, metodológica. É uma questão política: A reflexão realizada no trabalho pastoral está reforçando o poder de quem decidir e conduzir o processo de organização e as ações práticas dos setores populares?

9. Todas as colocações até agora fazem referência ao trabalho pastoral porque é deste trabalho que estou me ocupando no presente texto. Mas elas valem também para os trabalhos educativos com camadas populares promovidos por algumas outras instituições que não a Igreja (tanto assim que o exemplo sobre as consultas médicas coletivas não pertence ao campo da pastoral popular — embora muitos trabalhos pastorais incluam, entre suas atividades, iniciativas na área da saúde).

Dentro desta perspectiva, gostaria de levantar algumas questões para um debate que ajude as experiências pastorais a avaliarem o que está significando, em sua **prática**, **contribuir para** que os setores populares reforcem o seu poder de decisão e organização.

3. Questões

- a. Uma primeira questão diz respeito à tendência referida no início deste ítem: alguns trabalhos pastorais tendem a insistir para que os grupos populares realizem ações práticas (mobilizações, reivindicações, ações no bairro, no trabalho, etc.), pois é na luta que se aprende.

As questões seriam:

- Com esta insistência, o trabalho pastoral não estará correndo o risco de fortalecer a separação operada pela sociedade atual, entre conhecimento e prática dos setores populares? Ou seja, o risco de levar os grupos populares a desempenharem a mesma função que a sociedade lhes confere: de “executores” de idéias e decisões que outros setores sociais julgam importantes e prioritárias?

- Por que será que vários trabalhos pastorais hoje valorizam mais as ações práticas do que as reflexões dos grupos populares?

Por exemplo, recentemente, alguns agentes de pastoral preocupados em avaliar os diversos folhetos que vêm sendo elaborados para ajudar o trabalho pastoral, propuseram, entre outras, a seguinte pergunta: os folhetos estão ajudando apenas a reflexão dos grupos populares, ou estão servindo mais à ação prática que eles realizam?

Não sei se a pergunta mais apropriada seria essa. Se um folheto de pastoral servisse mais à **ação prática** do que à ação de refletir a prática, ele seria um manual de regras di-

zendo o que deve ser feito, por que, como; e a intenção dos autores da pergunta, parece-me, não é a de insinuar que os folhetos da pastoral popular deveriam ditar regras aos grupos populares.

Suponho que é justamente servindo a uma reflexão onde os grupos populares analisem e questionem as coisas da vida social, as ações práticas que já realizam, a sua luta, etc., que um folheto estará servindo a que os grupos populares aprofundem o seu poder de descobrir e definir alternativas de ações práticas mais transformadoras.

Assim, as perguntas que ajudariam a avaliar um folheto (ou qualquer ação dos agentes) seriam, por exemplo: para os grupos populares, a que **tipo de reflexão** o folheto está servindo? O que têm a ver os assuntos do folheto com a experiência, a luta, os interesses do grupo popular? etc.

- b. Uma outra ordem de questões seria a seguinte:

- Nas discussões com grupos populares, os agentes consideram o que o grupo sabe? Até que ponto a preocupação maior dos agentes é com o que o grupo popular não sabe, e não com o que o grupo sabe e vive mas não expressa?

É verdade que a primeira tendência de um grupo popular é a de julgar que não sabe nada e o agente sabe tudo; é uma forte tendência a entregar, ao agente, o comando e a condução das discussões no grupo.

E aqui encontra-se um dos maiores desafios para o agente: **como participar das reflexões do grupo popular colocando seus pontos de vista, seus questionamentos, até suas sugestões**, mas de modo a que o comando e a condução das discussões e decisões fique cada vez mais a cargo do **próprio grupo popular**?

Não é nada fácil responder, na prática, a este desafio. E aqui talvez possamos retomar a questão daqueles grupos que, segundo alguns agentes, encontram-se apenas para refletir, mantendo-se alheios aos problemas do bairro, do trabalho, dos companheiros, etc. A explicação deste alheamento possivelmente não se encontra no fato destes grupos não realizarem, juntos, ações práticas, e sim nas seguintes questões: nos encontros do grupo, quem coloca os assuntos para discutir? Até que ponto o grupo não está discutindo assuntos que ele julga serem do agrado dos agentes? Até que ponto o agente está atento às questões que fazem parte da vida e das preocupações do grupo?

As razões pelas quais um grupo popular não se interessa por uma associação, por um problema do bairro, etc., são às vezes muito complexas (brigas, desavenças, . . .), fazem parte de uma história. Numa reflexão que dê margem a que o grupo fale e discuta a sua história, será mais provável ele superar o alheamento; desta reflexão poderão decorrer ações práticas decididas e assumidas pelo grupo popular; e não de uma reflexão cujo espaço é todo ocupado pelos assuntos, pelos pontos de vista, pelos valores, pelas prioridades do agente.

c. Um outro grupo de questões seria o seguinte:

- Os agentes, às vezes, não tendem a uma “pressa de resultados” que passa por cima do modo de pensar, decidir, atuar dos setores populares? enfraquecendo assim as possibilidades de que estes setores aprofundem uma reflexão mais reforçadora do seu poder de decisão e organização?

O risco aqui é o de que esta pressa leva a justificar, muitas vezes inadvertidamente, certos procedimentos práticos que, de fato, enfraquecem — aos invés de reforçar — o poder dos setores populares.

Procedimentos práticos como, por exemplo:

quando um grupo popular vai escolher seu representante (animador, coordenador, dirigente, . . .) fazer ou apoiar que se façam manobras para garantir que o escolhido pelo grupo seja o mais “crítico” entre todos.

Dá-se mais importância ao “eleito” do que a um “processo de escolha” democrática e participada por todos os interessados; ou seja, do que a um processo de decisão que, sendo **vivido**, aprofunde a **compreensão da sua importância** para o reforço das **organizações populares**.

quando um grupo popular decide fazer um documento expressando suas posições ou reivindicações, dar um jeito para introduzir ali frases de conteúdo mais crítico mas que não correspondem exatamente ao pensamento do grupo ou não foram discutidas com ele.

Dá-se mais importância ao que o texto possa representar para as exigências ideológicas do agente. Com isto corre-se o risco, entre outros, de fortalecer a tendência dos grupos populares desvalorizarem e desconsiderarem seus próprios conhecimentos e modos de expressar-se.

quando o agente não se preocupa com a objetividade da informação que ele dá aos grupos populares, sobre algum fato passado ou atual.

Retira-se assim a possibilidade dos grupos populares conhecerem o fato tal como ocorreu ou está ocorrendo — condição primordial para que possam compreender a história das sociedades e dos homens, suas contradições, suas grandezas, seus ensinamentos; condição primordial também para que possam decidir suas ações de acordo com fatos reais.

São procedimentos práticos que, no fundo, estariam usando e reforçando os critérios dominantes de eficiência onde: os “menos esclarecidos” devem se submeter aos conhecimentos e, portanto, às decisões e ao comando dos “mais esclarecidos”.

d. Um último grupo de questões refere-se às atividades da pastoral popular que lidam explicitamente com o discurso religioso

- Não será que, muitas vezes, a preocupação maior dos agentes é substituir, o mais rapidamente possível, o universo religioso (tradicional) das camadas populares por uma visão de fé mais capaz de inspirar ações transformadoras?
- Nas discussões dos grupos populares, qual tem sido a sua participação na criação de uma nova visão de fé?

Nota-se às vezes que, em alguns trabalhos pastorais que tratam explicitamente do conhecimento e da vivência da fé, os agentes tendem a mudar o conteúdo mas não a prática. Ou seja, tal como, por muito tempo, a Igreja ensinou uma determinada visão de fé – que foi absorvida e retraduzida pela experiência popular em uma série de comportamentos religiosos e sociais – da mesma forma ensinaria agora uma nova visão de fé, em substituição à anterior, capaz de provocar outros comportamentos religiosos e sociais: não mais os de acomodar-se à situação social, e sim os de viver a fé no compromisso com a justiça social.

Quer dizer, mudam os conteúdos da reflexão; mas não muda a ação de refletir (a prática) através da qual os agentes da Igreja entregam ao povo um universo religioso em cuja criação ele não participou.

De fato, parece que alguns trabalhos pastorais nem sempre estão considerando que a experiência religiosa do povo é alguma coisa de vida e de morte para ele; e tendem, às vezes, a modificá-la através de uma reflexão onde os temas e questões correspondem ao universo e à vivência religiosa dos agentes, sem deixar espaço para que os grupos populares expressem e discutam os seus próprios modos de viver e compreender Deus e o mundo. Por exemplo, grande parte das perguntas e comentários que se seguem ao texto bíblico, nos folhetos de pastoral, tendem a amarrar a discussão dos grupos populares em torno da visão que os agentes têm sobre aquele texto.

O problema é que a mudança dos conteúdos sem mudança da prática significa reforçar a tendência que existe entre os próprios setores populares, de só considerarem e valorizarem o conhecimento criado e adotado por outros setores sociais.

Neste ítem procuramos esclarecer alguma coisa sobre: o que significa, no trabalho pastoral, **contribuir para** que as camadas populares reforcem o poder de decidir e conduzir o seu processo de organização?

E como a ação dos agentes os grupos populares é sobretudo uma ação de refletir, consideramos se este **contribuir para**, no trabalho pastoral, não consistiria fundamentalmente em: ser um espaço onde as camadas populares aprofundem, em comum, uma **reflexão** reforçadora do poder transformador das suas **ações práticas** e das suas **organizações**.

Vamos considerar agora um aspecto do trabalho pastoral que tem se apresentado como uma das condições que ajudam ou dificultam a realização desta proposta. Este aspecto é a própria organização e funcionamento do trabalho pastoral.

II. MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: CONDIÇÃO PARA QUE A ATIVIDADE PASTORAL REALIZE A SUA PROPOSTA DE "CONTRIBUIR PARA"

Um dos grandes problemas apresentados hoje pelos agentes de pastoral é o de que, embora eles se esforcem para não serem considerados como "autoridade" no trabalho pastoral, os grupos populares tendem a considerá-los como tal. Daí a indagação dos agentes: até que ponto o trabalho pastoral está contribuindo para que os grupos populares reforcem, não o seu poder de andar com os próprios pés, mas a sua dependência em relação aos conhecimentos e às decisões (= à cabeça) dos agentes?

Muitas razões concorrem para que isto aconteça. Uma delas pode estar ligada ao seguinte:

As relações entre agentes e grupos populares não se dão num abstrato, e sim dentro de condições muito concretas. Uma destas condições é o próprio modo de organização e funcionamento do trabalho pastoral: a definição e divisão de funções e tarefas, a definição das atribuições relativas a cada função, os critérios e mecanismos de escolha dos responsáveis pelas funções, os mecanismos de discussão e comunicação entre os participantes do trabalho (reuniões, material escrito, . . .), etc.

O que pode ocorrer então é que, às vezes, por mais que os agentes pretendam não ser "autoridade" (dono dos conhecimentos e decisões) no trabalho pastoral, as funções, atribuições, critérios de escolha dos responsáveis, etc. existentes no trabalho fazem com que de fato — e não na intenção — ele esteja sendo "autoridade".

Assim sendo, se considerarmos os modos de organização e funcionamento do trabalho pastoral, poderemos esclarecer alguma coisa do problema acima apresentado pelos agentes.

Por falta de conhecimento e informação, seria pretensioso considerar aqui todos os modos de organização do trabalho na pastoral popular.

Por isso, vou considerar apenas o modo como o trabalho vem sendo organizado em *algumas* Comunidades Eclesiais de Base e grupos de reflexão da Bíblia; e colocar algumas observações baseadas em dificuldades que os próprios agentes vêm constatando nestas atividades.

CEBs e grupos de reflexão da Bíblia

Inicialmente seria de ajuda uma descrição sumária da organização do trabalho nas CEBs e grupos de reflexão da Bíblia a que estou me referindo:

Vamos encontrar aí agentes, animadores,¹⁰ grupos de base. Na organização do trabalho, pretende-se que o animador (participante do grupo de base) exerça uma função de apresentação entre o grupo de base e o agente. Um dos canais de comunicação entre agentes e animadores são as reuniões (mensais, quinzenais, . . .)

As reuniões de animadores e agentes visam a que os animadores vão aprofundando a sua compreensão da realidade social e a sua visão de fé — para que depois introduzam esta reflexão em seus encontros com o grupo de base. Para a realização desta missão junto ao grupo de base, os animadores têm solicitado o apoio de folhetos, roteiros de discussão, . . .

10. Em algumas CEBs e grupos de reflexão, ao invés de *animadores* usa-se a denominação *dirigentes, coordenadores, etc.*

Os agentes têm apontado algumas dificuldades graves ligadas a este tipo de organização e funcionamento do trabalho. Por exemplo:

Se os animadores são apontados ou escolhidos pelos agentes, estes estarão interferindo no poder de escolha e decisão do grupo de base.

Se é o grupo de base quem escolhe seu animador, corre-se o risco de que este seja alguém pouco apto a desempenhar a função de animador do grupo.

E aí entra-se numa encruzilhada: segundo os agentes, os grupos mais dinâmicos são aqueles onde os animadores têm visão mais crítica, mais jeito para convocar a participação de todos, etc. Mas nem sempre o animador escolhido pelo grupo de base é o que mais apresenta estas qualidades. Ou seja, os critérios de escolha do grupo de base parecem ser diferentes, muitas vezes, dos critérios dos agentes.

Os animadores tendem a se tornar “donos” do grupo de base, “minipadres”, etc.

No grupo de base, enquanto a reunião não começa, todos conversam animadamente; mas quando o animador propõe o assunto para discussão, ou propõe simplesmente que a reunião comece, parece que o interesse vai embora.

Possivelmente estas dificuldades devem-se a várias razões. Entre elas, gostaria de destacar algumas relativas à própria organização do trabalho:

Será que nesta organização do trabalho o poder não está mais concentrado nas mãos dos agentes que o redistribuem aos animadores que, por sua vez, o exercem junto ao grupo de base?

Tem-se a impressão, às vezes, que os animadores — que também são povo — situam-se em relação aos agentes como devendo lhes prestar contas do “seu” grupo e do “seu” trabalho no grupo. Eles se esforçam para que o grupo de base corresponda à expectativa do agente (analisar a realidade à luz do evangelho, atuar no bairro, local de trabalho, etc.); e se isso não ocorre, sentem-se fracassados; ou então atribuem as razões do fracasso ao “povo que não quer nada”.

O nó principal desta organização do trabalho pastoral parece estar na missão que é atribuída ao animador. Vejamos. A expectativa do agente em relação ao animador parece ser a de que o animador dinamize o debate no grupo de base, introduzindo aí os conhecimentos e a perspectiva de fé refletidos na reunião com os agentes. Esta seria a missão ou atribuição do animador.

Ocorre que os animadores também pertencem aos setores populares; em geral, a sua visão, os seus modos de pensar e explicar as coisas da existência humana e social coincidem com os demais participantes do grupo de base.

As horas de reunião com os agentes são poucas e insuficientes para que os animadores (em sua grande maioria) possam expressar, aprofundar, reformular, no seu ritmo, a sua vivência da fé, a sua compreensão da realidade social, a sua visão sobre a ligação entre vida e evangelho. . .

Parece difícil, portanto, esperar que as colocações do animador no grupo de base correspondam a conhecimentos que ele incorporou como seus, como fruto da sua ação de refletir com os agentes e demais animadores. As suas colocações parecem corresponder muito mais ao cumprimento de uma missão que lhe foi conferida pelos agentes. E como ele se sente inseguro para cumprir bem esta missão (= para cor-

responder à expectativa dos agentes), solicita a ajuda de folhetos e roteiros de discussão; estes são um instrumento que lhe garante o cumprimento da sua atribuição: levar ao grupo de base as reflexões preparadas na reunião com os agentes. As reuniões no grupo de base, portanto, parecem obedecer mais a uma discussão preparada por agentes e animadores do que à dinâmica dos interesses do grupo de base — o que talvez explique, em parte, o pouco entusiasmo dos participantes de alguns destes grupos nas discussões com os animadores.

Dentro desta organização do trabalho (nas CEBs e grupos de reflexão a que estou me referindo — pois não são todos), o animador é destacado do grupo popular a que pertence (grupo de base, no caso) e chamado a participar de uma parcela do poder dos agentes (“autoridade”). Assim, ele se sente e se torna mais representante do agente junto ao grupo de base do que representante deste grupo junto aos agentes.

Talvez, com esta organização do trabalho, seja muito difícil o animador (representante da “autoridade”) desfazer-se de relações de mando, cobrança, imposição ao grupo de base, pois são estas as relações que todos aprendemos e vivemos em todos os domínios da vida social, as relações de poder dominantes na sociedade — e que, no caso, acabam reforçadas por esta organização do trabalho pastoral.

Ou seja, ao invés de uma organização do trabalho através da qual os grupos populares (animadores e grupos de base) descubram e criem formas de decisão e representação democrática, temos uma organização do trabalho através da qual os grupos populares reforçam a sua dependência em relação aos agentes; e não apenas isso, nessa organização do traba-

lho, o poder de decisão está desigualmente distribuído entre os próprios grupos populares.

Quer dizer, ainda que os agentes explicitem para os grupos populares a sua intenção de não ser “autoridade” no trabalho pastoral e a sua intenção de que os animadores não dominem os grupos de base, a organização do trabalho pastoral pode prejudicar a concretização destes seus propósitos.

Devemos levar em consideração a história das CEBs e grupos de reflexão da Bíblia. A sua iniciativa coube à Igreja (e não aos setores populares); corresponde ao seu esforço de aproximação e engajamento na luta dos setores populares.

Este tipo de organização do trabalho nas CEBs também foi iniciativa da Igreja; foi o caminho que ela encontrou para concretizar a sua opção.

O problema não é que a iniciativa tenha sido — como ainda é — da Igreja. Historicamente só poderia ser assim. Ou seja, o problema não é ter poder para tomar iniciativas, e sim o uso que, às vezes, se faz deste poder.

O importante então seria avaliar a experiência que o trabalho nas CEBs e grupos de reflexão da Bíblia permitiu acumular no correr destes anos. É uma experiência muito rica. Talvez já se possa ir introduzindo modificações nestes modos de organizar o trabalho pastoral, de forma a torná-los mais flexíveis, menos estruturados; de forma a permitir que os grupos populares manifestem e dinamizem criticamente a sua própria criatividade, a sua experiência de organizar-se, decidir, dividir tarefas, garantir a participação de todos, etc.

Retomando o que dizíamos no início deste item sobre a importância da organização do trabalho pastoral:

O modo de organizar o trabalho pastoral influi (ajuda ou dificulta) para que, através deste trabalho, os grupos populares reforcem o seu poder de andar pelos próprios pés e pela própria cabeça (e não pela cabeça de outros setores sociais); e também influi para que estes grupos descubram e criem formas de decisão coletiva e democrática, ou seja, formas de decisão que ajudem a promover a aprofundar a solidariedade e a união entre os setores populares, e não a sua divisão.

III. CONCLUINDO

O eixo de nossas notas foi a questão: o que significa, no trabalho pastoral, contribuir para que os setores populares reforcem e exerçam o poder de conduzir, eles mesmos, o seu processo de organização?

Supomos que, dentro de seus limites, o trabalho pastoral poderá:

contribuir para que os setores populares aprofundem, em comum, uma reflexão que os ajude a reforçar o poder transformador das suas ações práticas e das suas organizações;

contribuindo, ao mesmo tempo, para que esses setores descubram e criem formas de decisão coletiva e democrática em todas as suas ações e organizações.

Para que esta contribuição se concretize, seria fundamental os agentes estarem atentos:

à sua própria ação de refletir com os grupos populares – pois é sobretudo através desta ação que os agentes influem sobre o poder de decisão e ação das camadas populares;

aos modos de organização e funcionamento do trabalho pastoral – pois eles condicionam as possibilidades de que, através deste trabalho, os grupos populares descubram e desenvolvam formas de decisão coletiva e democrática.

Estas notas não pretenderam, nem de longe, esgotar o assunto. As experiências pastorais são muito diversificadas, e o que foi colocado aqui são linhas de apreciação geral, e não a avaliação específica de algum trabalho.

Assim, a intenção primeira deste escrito é apenas colocar algumas questões em debate, na esperança de que, nos debates, seja possível ir esclarecendo e aprofundando condições relevantes para que o trabalho pastoral realize, hoje, a sua proposta de contribuir para que as forças populares decidam e conduzam, elas mesmas, o seu processo de organização.

EDUCAÇÃO POPULAR HOJE

Questões em debate

O presente artigo é constituído por depoimentos de agentes da educação popular. Estes depoimentos foram colhidos pelo NOVA em diferentes ocasiões, no interior de discussões sobre temas específicos.

A publicação deste material – que inclui o esforço de muitos – visa fundamentalmente:

- a) apresentar a palavra daqueles que estão diretamente envolvidos em um trabalho de educação popular e, portanto, dos que estão mais habilitados a falar desta prática;
- b) chamar a atenção para a necessidade e importância do registo e sistematização das discussões de questões da educação popular, no sentido de possibilitar a ampliação dos debates entre os que efetivamente estão comprometidos com o encaminhamento dessas questões.

A ampliação do debate é, na verdade, o objetivo último deste texto.

É preciso esclarecer que não se pretendeu apresentar um consenso sobre os problemas levantados. Além disso, trata-se de discussões e não de solução dos problemas. Tampouco, o presente material pode ser considerado representativo de todos os agentes que trabalham em Educação Popular hoje no Brasil: são depoimentos de alguns agentes que trabalham em experiências significativas em diversos pontos do país.

No início de cada item consta uma pequena introdução com uma colocação sucinta do núcleo do problema aí discutido.

O NOVA se responsabiliza pela organização dos depoimentos; a riqueza que possa conter o material pertence aos agentes.

"FUNÇÃO SUPLETIVA" NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO POPULAR

Determinados tipos de atividades presentes na área da Educação Popular — cursos profissionalizantes, creches, atendimentos no campo da saúde, alfabetização etc. — prestam concretamente um serviço à população.

De um certo modo, há uma tendência a considerar que tais atividades cumprem uma "função supletiva"; isto é, substituem o papel do Estado numa prestação de serviços que, em última análise, seria da competência do mesmo.

O pessoal que, em Educação Popular, trabalha com essas atividades e está preocupado em analisar a sua experiência vem se perguntando: "até que ponto as atividades que estamos desenvolvendo, não estão substituindo um serviço que deveria ser dado pelo Estado?"

A preocupação com essa questão está centrada na necessidade de apreender as possibilidades — em termos educativos — de tais atividades.

João — Existem determinados tipos de atividades que são criados para atender à população mais carente. Às vezes a motivação é claramente caritativa. Reporta-se à época da educação preventiva das obras sociais. Trabalha-se sempre em cima de carências. Por ex., tomando como referência a Europa: é difícil imaginar fazer educação popular na França nestes termos. Lá o Estado atende à população em geral de forma substancialmente diferente, funcionando muito melhor em termos da prestação de serviço à coletividade. Aqui a Educação Popular adquire este aspecto "supletivo" como se o Governo não desse conta dessas funções ou como se elas não fossem de incumbência do Estado. Então a Educação Popular passa a encarregar-se de fazer aquilo que o Governo não faz (dentro de uma visão assistencialista de Governo).

Augusto — Situando os pontos na experiência: o trabalho educativo que se está fazendo está ligado à instituição na qual se está trabalhando. Dentro disso: até que ponto as atividades que estamos desenvolvendo (creches, postos de saúde, cursos profissionalizantes, alfabetização. . .) não estão substituindo um serviço que deveria ser dado pelo Estado? Até onde prestando um serviço que substitui uma prestação de serviços que é da competência do Estado e para o qual o povo já paga, não estamos criando dificuldades para que o povo assuma suas próprias reivindicações? Como esta contradição está sendo tratada no trabalho?

Nair — Por ex.: nosso trabalho com creche é uma interrogação. O pessoal pediu; o Governo não vai dar. O importante é: qual o modelo de ação presente na creche? aberto para a comunidade, com participação, partindo do discurso deles, dos problemas do dia a dia, orientando para a defesa de seus direitos por eles mesmos? Para mim é esta a questão: Qual o modelo de relações em funcionamento?

Fernando — Nosso trabalho é na área de saúde. Neste tipo de trabalho a questão da ação supletiva está sempre presente. No início eu via o trabalho como substancialmente supletivo, mas hoje eu vejo diferente. Desde que as ações sejam conseqüentes, que se fortaleçam núcleos de saber e de poder mais consistentes, as ações podem ser mais ou menos supletivas. Isso depende muito da conjuntura social que se vive, da conjuntura mais específica do trabalho, bem como da conjuntura da instituição que presta o serviço. Isto é, tempos atrás tínhamos muita dificuldade de levar à prática propostas de educação

popular que não tivessem fundamentalmente uma função supletiva. Hoje as propostas já podem ser diferentes. Dependendo da instituição e do momento do trabalho que se está vivendo, há opções por diferentes ações, supletivas ou não.

Jairo — Retomando os pontos levantados: em um trabalho na favela, instalou-se um posto de saúde. Os agentes fizeram o maior esforço para que a população assumisse. Assumida ou não pelo povo não deixa de ter uma função supletiva. Libera o Poder Público do ônus de prestar serviço de saúde; foi só transferir a responsabilidade. Agora, existem razões para substituir o Poder Público. Uma delas é a carência da população. Às vezes é possível desenvolver um trabalho sem montar nada de serviço; mas às vezes a situação de carência é tamanha que os grupos que estão ali se vêem forçados pela pressão da base. Mas o importante é ter claro que prestar assistência não é a mesma coisa que fazer assistencialismo. Há tempos se via isso com muito ranço. De algum tempo para cá viu-se que um posto de saúde pode possibilitar o desenvolvimento de uma educação popular.

Fátima — Supletivo devia ser encarado mais de acordo com a realidade em que se está. Uma prática partindo de uma necessidade real (da exigência do povo) e ver com eles como deve ser montada esta prática; descobrir com eles. É na prática que se vai vendo se está sendo supletivo ou não. Tem que se ter critérios para poder ver o que se está fazendo, por ex: na escola. Pode-se partir de uma necessidade do povo, mas este não ter ainda nenhuma

consciência crítica; a atividade então, pode ser supletiva. Por ex: a procura do diploma e o problema de sua valorização.

Fernando — Na minha opinião, há atividades que oferecem mais possibilidade que outras para o desenvolvimento de uma Educação Popular, entendendo esta como uma educação que sirva aos interesses reais das camadas populares. Por ex: cursos profissionais mais que atendimento médico, etc.

Augusto — Em relação aos cursos profissionais, o pessoal — muitas vezes — considera problema a valorização do diploma. Ora, o que é preciso considerar é que o cara não passa de uma camada social para outra por causa de um diploma. O que é preciso ver — e isso é que é importante — é que os cursos profissionais vinculam mais o trabalhador à produção. Em termos de salários mínimos, é certo, melhora. Mas ao que é preciso estar atento é que determinadas atividades — mesmo que funcionem em uma modalidade não supletiva — aproximam mais o cara do consumo que da produção. As atividades que vinculam o trabalhador à produção estão mais próximas de sua problemática fundamental. O negócio não fica tão passageiro; pode existir um espaço de exercício de poder mais permanente. Quando a atividade desvincula a população de sua problemática, é preciso ter muito cuidado.

Gabriel — Se a gente entende Educação Popular como uma prática ligada aos interesses das camadas populares, na perspectiva de que estas camadas populares tenham acesso a um poder que leve a influir na sociedade, a gente vive

momentos em que se pode ou não fazer alguma coisa. Não é só um problema externo às camadas populares, mas também em função da caminhada que aquela população já deu. Para mim Educação Popular não tem função supletiva em si. Em determinados momentos, em função da situação específica em que se está trabalhando, aquela ação supletiva pode ou não ser Educação Popular. A Educação Popular em princípio não tem por função melhorar saúde, dar cursos. . . Às vezes pode-se desenvolver uma ação supletiva como a prática que é viável, aquela que é possível, em determinado momento para dar uma ajuda na caminhada do pessoal. Assim acho que a Educação Popular não tem função supletiva em si.

João — Realmente tem. Uma vez que a atividade se insere na sociedade, ela tem conseqüências objetivas. E do ponto de vista objetivo, certas atividades de Educação Popular — no real — têm função supletiva. Mas não é por ter esta função que a atividade tem que ter necessariamente uma conotação negativa. E, para mim, não é o fato de ter um modelo diferente de funcionamento que a faz uma experiência distinta. O tipo de ação desenvolvida é que marca a diferença entre o modelo vigente e a nova experiência. Isso é que é importante: no próprio trabalho pode-se formar um núcleo de poder real, aqui e agora. Ser ou não supletivo não é a questão, desde que se tenha a perspectiva da consolidação do poder das camadas populares.

INTERESSES DOS GRUPOS DE BASE FRENTE ÀS PROPOSTAS EDUCATIVAS

Analisando o seu desempenho, os agentes da educação popular se colocam questões a respeito da convergência ou não

entre os interesses dos grupos com quem trabalham e a capacidade que têm as propostas educativas de apreender e levar em conta a existência desses interesses.

Nesse debate, duas preocupações aparecem como fundamentais: a) identificar as expectativas e interesses dos grupos; b) criticar, a partir da experiência vivida, o desempenho do agente frente a esses desafios.

Tudo isso evidenciando uma disposição dos agentes em fazer com que a educação popular esteja subordinada às necessidades dos grupos de base e não simplesmente à concretização do projeto educativo do agente, que pode não corresponder às aspirações concretas da população.

José — Na nossa área, a equipe de saúde trabalha levantando os recursos locais para o funcionamento de uma farmácia e de um atendimento à base de plantas medicinais. Preparamos um curso para prestação de serviços de saúde. A expectativa do pessoal era de um treinamento para que fossem preparados tecnicamente para prestar esses serviços (dar injeção, por etc.). No treinamento procuramos discutir os problemas ligados à área de saúde, a dominação do saber médico, a desvalorização dos medicamentos na base de plantas, etc. Notou-se que não era o que esperavam. Combinou-se que para um segundo treinamento cada grupo prepararia um plano: nós preparávamos um, eles outro; então íamos discutir e elaborar juntos o plano do curso. Quando da realização do encontro, eles não tinham feito o plano. Apresentamos o nosso para discussão e foi aprovado. No nosso plano tínhamos dado carga a treinamento para serviços mas não era limitado a isso. A própria parte técnica era o objeto da discussão; discutia-se o problema do saber. Na oportunidade surgiu um fato concreto — pequeno — dentro do próprio grupo que

serviu de base a uma discussão sobre o problema de dominação. Resultado: com o correr do trabalho a expectativa inicial do pessoal foi se modificando. O que eu estou querendo dizer é que as expectativas são dinâmicas, elas vão se modificando. Agora, isso tudo é um processo e não se faz sem dificuldade.

Miguel — Por ex: nós também temos uma experiência educativa através de consultas coletivas com as gestantes. Um exame clínico é feito em sala separada, com atendimento uma a uma. Fazemos uma reunião com todas as gestantes, para que elas troquem entre elas informações quanto aos seus sintomas, as soluções ou alternativas que elas mesmas têm encontrado etc. Discutimos isso e ao mesmo tempo procuramos estimular e aprofundar uma discussão sobre causas e conseqüências dos problemas que surgem. Algumas gestantes reagem. Querem sua consulta e pronto. Um ponto importante que é preciso considerar é que a gente chega em um lugar e o pessoal está precisando mesmo de assistência médica. O médico faz o quê? O povo tem uma expectativa; expectativa burguesa ou não, tem.

Joaquim — Outro ponto importante que gostaria de levantar é que muitas vezes nós mesmos criamos uma expectativa no pessoal. Em outra experiência nossa, a equipe técnica, ela mesma, introduziu o uso de adubo químico nos trabalhos rurais. A própria equipe chegou a uma crítica deste procedimento. Mas outras comunidades, sabendo do aumento imediato da produtividade, começaram a fazer pressão para que se adotasse o adubo químico nas suas áreas. Ora, o adubo químico — e isso se viu claro depois

— tem conseqüências desastrosas a médio e longo prazo em relação à utilização do solo. É preciso reconhecer que a criação dessa expectativa de uso do adubo químico foi responsabilidade nossa.

Amaro — Talvez fosse necessário localizar os tipos de expectativas para ver que postura a gente está tendo diante disso. Nos cursos profissionalizantes existe um conjunto de expectativas que estão ligadas às necessidades básicas do pessoal e dizem respeito a melhoria de vida. A expectativa de “melhorar de vida” nem sempre é muito compreendida pelo agente. No nosso trabalho foi muitas vezes motivo para criar um certo tipo de conflito. A questão que se coloca para mim é a seguinte: não será legítima esta aspiração? A gente encarava muito como aspiração individual sem possibilidade de contribuir para o conjunto. Tivemos muito este tipo de reação no começo. Hoje, eu não sei, mas me parece que esta questão está mais clara. Há uma legitimidade — em termos coletivos — na reivindicação.

Rosa — No nosso trabalho temos uma experiência de “compra comunitária”. E o pessoal está lá por causa da compra mesmo. Este é o ponto central. A expectativa deles é essa.

Lucaç — Sim, o pessoal está lá para comprar. E muitas vezes o agente não trabalha em termos educativos a própria situação de compra; como oportunidade de descoberta de união do pessoal. Avaliando, descobre-se que não se está trabalhando a atividade mesmo. Há uma tendência para

partir para uma atuação reflexiva e não trabalhar a própria ação. Fazer educação dentro da atividade mesma.

Amaro — Há um mal-estar dos dois lados. Há um salto entre a expectativa do pessoal e a proposta de educação de quem está lá. . .

Marcos — O abismo é entre o interesse real do pessoal e o que teoricamente a gente define como sendo o interesse deles. Até que ponto o interesse real do pessoal não está é na cabeça da gente? Se a consciência está presente no real então deve se apresentar em todas as situações; portanto também na compra comunitária. Se o fato de pertencer a uma categoria social é um fato real — não só na cabeça — tem que estar no real, nas menores ações. Podem se apresentar situações de superação de uma atuação individualista. A “compra comunitária”, por ex., pode caminhar para a criação de uma quota comum que cubra a falta eventual de dinheiro de algum/alguns deles etc. Para alguma coisa que pode expressar solidariedade e união. O agente que pretende ter o conhecimento do interesse do pessoal (interesse objetivo) tem que admitir que isso não se dá alheio a própria atividade desenvolvida. Muitas vezes por atitude intelectualista impede uma real consciência que a própria atividade é capaz de produzir.

Miguel — Não existe também uma certa relação entre expectativa dos grupos e nível de consciência do pessoal? Consulta comunitária, por ex: Durante um certo tempo elas estão interessadas na consulta mesmo; com o tempo amplia-se o alcance das atividades, exprimindo um novo ní-

vel de consciência do grupo. Dentro deste processo também entram os agentes e vão modificando as suas expectativas e formando a sua consciência. Além disso, por nossa própria formação a gente avança mais na elaboração de propostas que ainda não significam na prática desdobramentos das atividades que estão sendo desenvolvidas. O pessoal está em um nível, a proposta educativa em outro.

Lucas — Importante como questão é a postura do agente. A expectativa do pessoal não é problema. Ela se constitui em problema para nós, agentes. Ela está no pessoal, então tem que ser colocada como um dado de realidade. A gente é que às vezes não sabe trabalhar com as expectativas.

Maria — O problema é perceber a expectativa e o jeito de caminhar dentro desse processo. De que jeito vai ser respondida para que, cada vez mais, vá dentro de um processo de consciência crítica da base e também do agente. Nem todos os agentes estão conscientes de uma caminhada. Acho que, em geral, os agentes que trabalham em Educação Popular têm práticas mais ligadas às instituições em que atuam ou têm práticas mais vinculadas às camadas populares. Quando o movimento das camadas populares chega a um ponto da caminhada em que percebem que devem ser mais autônomas e que o movimento é delas, surge muitas vezes, um conflito a nível dos agentes. Este conflito é devido ao fato de não estar claro para os agentes o nível de atuação da instituição; falta clareza para o fato de que na caminhada já se dá um exercício de

poder; que dentro da Educação Popular é necessário já um treinamento do exercício de poder.

Marcos — Só que há uma diferença muito grande entre exercício de poder como “experimentação” e como exercício real de poder. Para mim, Educação Popular é algo real e eu só posso compreendê-la como um exercício real de poder.

Joaquim — E as vezes eles propõem — da parte deles — coisas que não são deles, porque sabem que é o que a gente podia atender. Por ex.: pedidos de roças comunitárias.

Lucas — O problema da alfabetização na favela, por exemplo, foi uma experiência importante nesta questão da postura do agente frente a expectativa do pessoal. Desenvolvíamos um curso de alfabetização e durante o mesmo estávamos encontrando muita dificuldade de discutir temas ligados à realidade da favela, do bairro e da vida do trabalhador. O pessoal constantemente cobrava: “professor vamos fazer conta e escrever”.

Devido a uma interrupção no curso em razão da destruição parcial do barraco da escola, a gente passou a ir visitar os alunos, no horário de aula, nos barracos onde moravam. Através de conversas informais houve possibilidade da gente fazer discussões bem profundas, ligando a realidade da favela à vida do trabalhador de um modo geral e à situação do país. Isto foi uma lição importante, pois vimos, na prática, que era incorreto caracterizar a aspiração do pessoal como se restringindo ao curso formal. Alterando-se a situação educativa, emergiram outras expectativas que desencadeavam novas formas de aprendizagem.

Marcos — Essa diferença entre a expectativa do pessoal e a nossa faz com que muitas vezes a gente se coloque no meio do pessoal e é como se a gente não estivesse lá; nunca está no mesmo pé. Você sempre guarda suas coisas e tenta se nivelar. Esta atitude não sei se ela produz ou se bloqueia o desenvolvimento do trabalho. Posso modificar a linguagem mas o problema é “se jogar”. É ser um igual no desenvolvimento do trabalho. A gente fica com muito medo de dar a direção e isto cria um problema de relação e corta sua presença e sua contribuição.

José — E o pessoal percebe isso perfeitamente. “Você tem sua proposta, seu conhecimento e esconde”; “o agente sabe mas ele quer é pescar o que a gente sabe”. Quer dizer, acaba-se fazendo a consagração do nosso saber.

Lucas — Acho importante no trabalho é nunca deixar de colocar o seu objetivo no trabalho. Revelar o por que está lá. Tornar claro o posicionamento da gente é importante; dá uma vinculação maior com o pessoal.

Alda — A gente tem um certo ranço de que o povo não tem maturidade. No fundo, você não confia que o pessoal é capaz de entender o objetivo do trabalho. Donde, guarda-se uma certa superioridade.

Lucas — Por exemplo, nas discussões sobre conjuntura política, especialmente na época de eleições ocorreram vários equívocos na relação entre agentes e grupos de base. Havia agentes que insistiam sobre a necessidade de se levar alguma alternativa de voto para o pessoal da base, por exemplo, alguns nomes de candidatos populares. A

gente procurava fazer alguns encontros onde procuramos discutir com o pessoal de base a história das eleições no Brasil, a participação do trabalhador neste processo e levantar alguns critérios para se analisar as várias alternativas de como votar. Sempre deixamos claro que a partir daí o pessoal deveria decidir qual a melhor forma de participar de eleição, analisando a realidade local e as discussões desses encontros. O pessoal de base ao avaliar o encontro ressaltou a "democracia que houve nessa discussão". Alguns agentes — dos que insistiam sobre a necessidade de apresentar propostas de candidaturas ao pessoal — criticaram os encontros por não se ter colocado "nenhuma alternativa concreta para o pessoal".

Amaro — Expectativa e interesse estão muito próximos. O pessoal não aceita de jeito nenhum a não explicitação dos interesses. "Qual é o seu interesse aqui?". A gente é surpreendido naquela atitude de "superioridade caritativa"; quando tenta explicar, a coisa está tão desligada do interesse do grupo que a atitude é de superioridade e de bonzinho por estar tentando explicar. O que eu me pergunto é até que ponto o caminho não é uma questão de método, mas de interesse real (objetivamente) da gente pela atividade que se está desenvolvendo. A atividade não se constitui só em um instrumento. O instrumento em educação popular já era. Ou a atividade é do interesse real da população e nosso ou então o que? Se é só instrumento aí se utiliza o pessoal como massa de manobra. Isso precisa ser revisto. Formação profissional, por ex., é uma educação e não só instrumento. Saúde, por ex., se não interessa, deve-se procurar outra coisa. Isto, para mim é muito sério.

Ana — Na nossa área houve uma solicitação para um trabalho no sindicato. A gente se interessou e era também o interesse deles. Mas o sindicato de lá está numa linha muito assistencialista. A turma começou então um tipo de ação onde o pessoal se reunia para discutir os problemas e ver as causas.

Antônio — Por que se aproximar do sindicato?

Hilda — Eu também me pergunto muito isso. Às vezes se vê o sindicato como a grande solução para o problema dos trabalhadores. No entanto, na nossa área, onde a oposição sindical venceu, eles se enrolaram em tamanha burocracia que perderam o contato com as bases.

Miguel — Lá na minha área também. Se absorve na estrutura e se distancia cada vez mais do pessoal. O sindicato rural está tentando sair um pouco disso; o próprio trabalhador rural sugeriu que continuassem com o sindicato mas que os dirigentes continuassem a morar na roça e que fizessem lá as reuniões. Hoje cada membro da diretoria passa só dois dias na sede. Porque normalmente os caras deixam de ser lavradores.

Antônio — No meu trabalho tem um agricultor que disse: "é preciso procurar saída onde não tem porta". É isso aí. Se não os grandes abafam. Mas lá o sindicato parece ser um tipo de organização que o pessoal vai desenvolver. É uma coisa que está mais ligado a eles. Na medida em que o sindicato se torna importante para eles — como necessidade real — a visão se amplia muito. Também dado a possibilidade lá de troca de experiências. As

roças comunitárias, por ex., surgem como oportunidade mais de ajudar o pessoal a sair do imobilismo. Agora o importante é que o exercício de poder tem que começar desde os primeiros contatos dos trabalhos.

Rita — No problema de sindicato acho que se precisa estar atento para algumas coisas. Existem sindicatos e sindicatos, é certo. Alguns tem ajudado — na medida do possível — a luta do pessoal. Mas isso não pode ser generalizado. A partir da experiência de São Paulo parece que sindicato ficou necessariamente valorizado. Ora, o sindicato brasileiro tem uma estrutura que o amarra. É preciso relativizar as possibilidades de atuação do sindicato. Ele pode ser também um elemento de absorção das lutas do pessoal.

Marcos — O problema do sindicato é um problema complexo. Aqui ele tem sua originalidade (é um instrumento vinculado etc). Tem também o poder de ajudar a despertar. Pode ser um instrumento que sufoca a própria dinâmica da categoria dos trabalhadores. Os sindicatos — em certos casos — se especializaram de tal forma que fica quase como sinônimo de reivindicação. Funciona dentro de uma lógica que parece poder se enquadrar dentro da lógica de dominação. Aqui tem essa forma, de maneira bem característica dado sua vinculação. Donde é problemático. Por ex., certas diretorias são pelegas. A própria estrutura favorece. O que não é só próprio dos sindicatos. A forma de se estruturar um movimento é bastante importante. A forma do sindicato é burocratizada. O problema dos mandatos por 2 anos, por ex. cria uma representatividade que deixa de ser representativa. Isso

acontece também em Associação de Bairros. Estruturou o trabalho, tem que ter uma Diretoria, essa tem que ter um mandato. . . As assembleias são maleáveis e manipuláveis. A gente percebe que delegando poder a gente não o exerce porque ele passa a ser exercido pelo representante como um poder pessoal e que se assenta legalmente.

Antônio — No nosso trabalho nós chamamos a atenção para isso. É importante que o pessoal tenha essa experiência. Quando o problema surge a gente tenta aprofundar para que a experiência possa ser absorvida por eles. A gente procura refletir os porquês e as conseqüências. Temos percebido, na nossa região, que a experiência de sindicato tem enriquecido as discussões.

José — Se a gente estiver disposto a aprofundar as questões que aparecem, o sindicato sozinho podia ser assunto de uma longa discussão. Aqui, pelo jeito, a gente não vai ter esse tempo; mas, para mim, ficou claro a necessidade de abordar o tema com mais vagar.

ELABORAÇÃO/TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO E CRIAÇÃO/REPRODUÇÃO DE PODER

Os agentes de educação popular vem, atualmente, debater, do as suas dificuldades concretas para uma atuação coerente em um processo educativo onde as relações de saber e poder entre as pessoas não se dão em uma ótica de mera transmissão de conhecimento.

A educação popular é tida como adquirindo importância na medida em que se constitui em um espaço social onde o conhe-

cimento popular é explicitado, valorizado e reconhecido como indispensável à leitura e interpretação da realidade. A apreensão do conhecimento popular tem levado à desconfiança de que sozinhos os conhecimentos “científicos”, técnicos, os já sistematizados, são insuficientes para lidar ou transformar as coisas concretas, atuais.

Admite-se, entre outras coisas, que o conhecimento tem um peso e uma força em termos de funcionamento, criação ou reprodução de poder. Assim sendo, a elaboração de conhecimentos que se dá nos processos de educação popular é imediatamente parte das possibilidades — ou não-possibilidades — de efetivação do poder das camadas populares.

Carlos — Criticando o trabalho que a gente faz, a questão para mim, é a seguinte: até onde há reprodução de esquemas de dominação? Quando se privilegia o conhecimento teórico/técnico/livresco e se negligencia o do pessoal que é adquirido através da prática, da vivência, até onde o trabalho que se faz está servindo de espaço para que o pessoal explicito o seu tipo de conhecimento?

Manoel — Esta é uma questão que estamos sentindo. Nos nossos cursos profissionais temos uma cadeira de relações humanas e uma outra parte com os cursos técnicos. No início os professores-monitores tinham uma postura quase de ditador. O pessoal não participava. Hoje têm uma postura diferente. Quando os profissionais acompanham a discussão, modificando sua postura para transmitir o que eles sabem e também adquirindo uma postura de quem tem o que aprender, o trabalho educativo pode ser feito na pró-

pria parte técnica. Não é necessário dividir uma parte de relações humanas e outra parte técnica.

Ricardo — Mas isso tem que ser real. Ser aprendiz não é uma questão de concessão pedagógica. Mas perceber claramente que não só os conhecimentos adquiridos no banco da escola é que me dão conhecimento. É uma alienação minha, enquanto “intelectual” não adquirir conhecimento a partir de um fato real. Pela minha experiência vejo que você consegue modificar a linguagem, o que é difícil é modificar a própria ação. E este problema reaparece entre o pessoal da base que passa a utilizar a linguagem do agente, o que não modifica em nada sua própria vida. O importante, desde o princípio do trabalho, não são as grandes análises mas a mudança de perspectiva da ação. Assim é preciso que o instrutor perceba no real a sua limitação. É preciso que compreenda que o seu próprio conhecimento — adquirido no banco da escola — foi absorvido da experiência de quem, na História, vem efetivamente fazendo as coisas.

Carlos — O trabalho de Educação Popular não é desligado da análise ou da leitura de conjuntura global e local que se faz. É essa visão de conjuntura que determina a prática educativa a ser desenvolvida. A questão então seria: como esta leitura está se fazendo? Como o trabalho da gente, a nossa prática, está contribuindo para que se faça esta leitura? No trabalho da gente hoje há uma reação contra os “pacotes” — isto é, os conhecimentos e propostas que já vem prontos, estabelecidos e consagrados — tanto por parte da gente como por parte da população com quem se trabalha.

Jarbas — O que acontece é que muitas vezes se começa com o objetivo de estar ao lado da população sem ter compreensão clara da dimensão educativa do trabalho. Por ex., põe-se em funcionamento um posto de saúde porque o pessoal é doente; daí uma ação de distribuição de remédios, etc. No nosso trabalho, a modificação econômica que ocorreu na região foi obrigando a gente a uma reflexão mais consistente. Percebemos que era necessário compreender melhor o que estava acontecendo para poder orientar melhor o trabalho. A falha do trabalho é não ter apreendido e aprofundado — com o pessoal de base — dados tão ricos da própria situação. E isto se perdeu porque não se teve, desde o início, uma preocupação em analisar melhor o que estava acontecendo. Hoje temos consciência clara dessa necessidade.

Carlos — Com a gente ocorreu o processo inverso e foi muito doloroso. O nosso problema não foi falta de análise porque uma leitura de conjuntura a gente já tinha. Havia um consenso dado o estudo e discussão que a equipe mantém. A gente cometeu um erro: a contribuição que a população estava dando, os alunos estavam dando, não era levada em consideração. O erro: tentar transmitir o que a gente já sabia sem levar em conta o conhecimento do pessoal. Hoje tenta-se um espaço para que o povo coloque a sua leitura da realidade. O importante é como um fulano está explicitando a sua relação com o trabalho e com a sua sociedade. A explicação dele é a leitura que ele faz. A gente pensava que tinha que passar a nossa compreensão. O que ficava em uma linha de transmissão. A gente se gratificava quando a leitura do pessoal batia com a da gente. Mas chegou-se a ver que esta leitura tem

que ser muito dinâmica para acompanhar o que está acontecendo. E o trabalho da gente tem que ser um espaço para que a leitura deles — que estão também vivendo a situação — seja explicitada; tem que favorecer esta explicitação. Havendo um consenso que a questão mais profunda da educação popular diz respeito ao exercício de poder das camadas populares, é preciso ter claro que a própria leitura da realidade é um exercício de poder.

Marcos — Neste sentido é que acho que está havendo uma falha no nosso trabalho. Não temos uma participação de qualidade. Não há o hábito de estudar para compreender qualitativamente, o que está ocorrendo. Aí nossa contribuição fica muito limitada.

Manoel — Para mim o problema é esse: os trabalhos de base é que ajudam a gente a analisar a sociedade; também existem teorias que ajudam esta análise. Mas entre o trabalho de base e as teorias existe uma distância enorme. Existe uma série de níveis de exercício do poder e uma série de níveis de conhecimento da população que as teorias não dão conta. Tem alguma coisa faltando.

Flávio — Sobre este aspecto, vejo dois erros que podemos cometer. Por um lado, as propostas acabadas, os “pacotes” — erro que historicamente se acentuou no Brasil, onde o trabalho educativo nunca apontava para uma real independência das classes populares; onde não se garantia o exercício democrático do poder dentro das diversas práticas. Por outro lado, podemos cair no erro de que “tudo vai sair da base”. Entretanto já existe ela-

borado um conhecimento científico e nossa função é a de ajudar as camadas populares a se apropriarem deste conhecimento teórico para ajudar também na reelaboração desta teoria; reelaboração que tem como referência a realidade em que vivemos.

Ricardo – O que realmente acontece é uma desvinculação entre conhecimento da população e o conhecimento científico sistematizado; é um fato muito sério. A ciência não é neutra. O cara da ciência é também um alienado do conhecimento popular. Se o cara (popular) na prática conhece, falta sistematização. Em termos das relações sociais conhecem e conhecem mesmo. Mas, historicamente por quem as teorias foram incorporadas? Pela camada universitária. Como existe essa distinção diminuem as possibilidades de fazer alguma coisa. Há uma desvinculação entre as várias ciências e a vida “mais simples” do povo. O grande problema é juntar isso. O que se conhece são interesses concretos, reais. E é com isso que se trabalha. Há necessidade de uma desmistificação do saber universitário e uma recuperação do conhecimento do povo.

Manoel – A gente também pensa assim. Discutimos com outros grupos. Alguns deles estão partindo para um trabalho de base com maneiras diferentes sem adotar “pacotes”.

Carlos – O problema não está propriamente no pacote. Mas no poder que certas pessoas adquirem dentro do pacote. A questão é: quem faz a releitura da realidade? onde se dá?

Dora – Existe esta camada intermediária – que não é camada popular e que também não se situa no mundo dominante enquanto tal – que tende a ser a lucidez da sociedade. Por seu lado, as camadas populares têm uma análise sua que não é levada em consideração. As camadas populares passam a ser vistas por esses setores intermediários como massa de manobra. Donde determinadas propostas de trabalho que não se encarnam. Há uns modismos intelectuais que perturbam os trabalhos de base justo por não encontrarem raízes nestas camadas populares. É certo que nessas propostas há um aproveitamento de um conhecimento existente, válido, mas sem considerar o outro conhecimento também existente.

Jarbas – Aonde e como reelaborar este conhecimento é o problema sério. O conhecimento científico limita muitas vezes (para não dizer na maioria das vezes) o conhecimento da própria vivência. Os agricultores com quem a gente trabalha compreendem a realidade de forma diferente da nossa, têm uma capacidade de percepção diferente. Isso a gente tem que buscar. A aprendizagem mútua é um fato concreto. Mas a gente não sabe ainda muito bem como trabalhar essa aprendizagem comum.

Dora – Sem jogar fora o que historicamente existe, mas também considerando que estamos alienados do conhecimento popular.

Flávio – É preciso tomar cuidado pois se a gente está alienado deste conhecimento tem gente que entendeu o jogo de saber e o utiliza como elemento de controle das camadas

populares. Assim elaboram propostas que recriam mecanismos de poder.

Dora — É. Há uma trama feita em cima de uma pseudoeficiência do saber. A hierarquia do poder está vinculada a hierarquia do saber.

Jarbas — De que maneira fazer para que não seja este esquema? Em muitos casos põe-se em outra linguagem o mesmo esquema e pensa que é popular.

Carlos — Ou então se faz uma pesquisa — orientada e dirigida pelo agente e criam-se mecanismos para “devolver” ao pessoal estes conhecimentos sistematizados pelos agentes. Ora, esse negócio de devolver sistematizado é uma mistificação. Uma coisa hoje é mais clara para nós: o trabalho tem que favorecer que este “conhecimento intuitivo” da população tenha espaço/condições para vir à tona.

Manoel — Acho necessário estar atento para o fato de que o agente não é neutro. O final da discussão é o momento do agente. A gente vê que no fundo a discussão é dirigida. Então a questão é: dirigida por quem? O que é necessário é que o agente seja isento. Isenção no comportamento é estar preparado (de antemão) para que as pessoas possam descobrir caminhos totalmente diferentes do seu. Você não é o dono da verdade. Mas isto, na maior parte das vezes, é teórico. Na prática, quando se trata da verdade dos outros se diz que ninguém é dono da verdade; mas quando se trata da nossa, ela passa a ser a verdade. O que a gente precisa ver é que a forma ou direção do encaminhamento não é neutra. A elaboração de critérios é dirigida.

Jarbas — Na escola que a gente passou há uma valorização da ciência, do saber consagrado. Quando se sai para outro tipo de trabalho e se descobre que o povo tem um saber e um saber em que a técnica não está presente, o técnico entra em conflito: ou ser eficiente conforme critérios acadêmicos que aprendeu ou então assumir outra postura. Onde parece que tem que pôr em xeque todo o saber que tem. Como ser um profissional (médico, técnico agrícola. . .) sem consagrar o seu saber? Como apreender o saber popular e valorizá-lo?

Dora — A gente fala em valorizar; o que é, em parte, por eles mesmos. Como o povo mesmo acreditar no seu próprio saber?

Ricardo — O problema é que pelo saber se pode identificar a inserção na sociedade. O médico tem o seu, o operário também. São saberes diferentes e valorizados de forma diferente pela sociedade. O engenheiro da indústria mecânica hoje — por falta de uma tecnologia nacional — está mais para capataz (que disciplina o trabalhador) do que para técnico. Agora o que passa para o operário é a mistificação do saber do engenheiro, quando o operário percebe que se jogar o engenheiro na máquina ele não sabe mexer. A distribuição de tarefas, a divisão conhecimento técnico/conhecimento manual cria uma mistificação. A técnica é uma das faces da exploração que ele sofre. Que se desmistifique esta técnica. A mistificação vem com a codificação que é feita no sistema acadêmico. Quando isto fica mas claro para o operário, ele dá um passo para adquirir confiança no seu saber. Não é difícil para um operário adquirir consciência do seu próprio saber. Outra coisa a ser explicitada: o desenvolvimento

da técnica veio com o próprio desenvolvimento da classe operária, é a própria história da classe operária. Daí que o aprofundamento técnico do operário é também uma forma de "elevar" a sua consciência.

Clara — O que é preciso recuperar é que as "grandes pesquisas tecnológicas" se fazem em cima das descobertas dos próprios operários.

Manoel — E as vezes também se perde que determinados males são criados pela dependência deste saber estabelecido. Por ex., a maior parte dos medicamentos utilizados são prejudiciais à saúde; a utilização do adubo químico na área rural é prejudicial à terra, etc. É preciso a gente ter presente que o saber tem conseqüências objetivas na sociedade. As conseqüências do saber estabelecido recriam uma dependência. É preciso a gente ter claro que o saber é um dos pilares desta sociedade.